

DISCURSO DE DESPEDIDA

Recife, 22 de fevereiro de 2021.

Saudações de praxe...

Em 1961 ou '62, quando ainda estudava interno no Colégio Salesiano do Recife, participei de uma peça teatral juvenil, cabendo-me o personagem de um **Juiz de Direito**, que exerci devidamente caracterizado com toga e uma peruca de cabelos brancos – além de portar um pequeno martelo de madeira. **Vinte anos após**, fiz-me **Juiz de Direito, em 1982**, através de Concurso Público, passando a exercer o meu cargo, agora no palco da vida, percorrendo o périplo devido por diversas comarcas: Parnamirim e Terra Nova, no Sertão do Araripe; Macaparana; Vicência; São Vicente Férrer; Ferreiros; Camutanga; Itambé e Timbaúba, na Mata Norte – promovido, então, desta última, para o Recife. E, aqui, fui Juiz Substituto e, depois, titular da 15ª Vara Cível, onde passei exatos 10 anos – exercendo, paralelamente, a Justiça Eleitoral, como Titular da 6ª Zona; a Coordenação da Propaganda Eleitoral, em duas eleições (1992 e 1998) e o cargo hoje denominado de Desembargador Eleitoral, no período de 1995 a 1997; participando, por 06 anos, da Diretoria da AMEPE, como Vice-Presidente e Diretor de Patrimônio; além de Desembargador Substituto do TJPE, em algumas oportunidades, e membro do Colégio Recursal dos Juizados Cíveis.

Vinte anos após me tornar Juiz, cheguei, em 2002, ao Tribunal, como Desembargador. Inicialmente, como é de praxe, como Substituto; e, depois, titularizando-me na 6ª Câmara Cível – terminando por se firmar na composição, comigo, os Desembargadores Patriota Malta e Fernando Martins, com produtividade excelente (ao ponto de, em 2014, a soma dos acervos dos 3 gabinetes ser inferior a 500 processos).

Aqui, no Tribunal, participei, por diversas vezes, do Conselho Superior da Magistratura, como membro nato e eleito; da Escola Superior da Magistratura, como Diretor-Adjunto; como Ouvidor-Geral do TJPE (o terceiro desde a sua criação); Membro Nato da Corte Especial; do 2º Grupo de Câmaras Cíveis; tendo exercido, ainda, a Corregedoria-Geral da Justiça, a Diretoria da Associação Nacional dos Desembargadores – ANDES (cargo que ainda exerço) e a Primeira Vice-Presidência do Tribunal, em cujo cargo me aposento.

Quase **vinte anos após** me tornar Desembargador, graças à benevolência dos eminentes desembargadores de então – alguns de saudosa memória –, vejo-me no momento da aposentadoria a relembrar fatos (a grande maioria de agradáveis memórias), fazendo, então, a minha oração de despedida. Gosto muito de uma frase

de Drumond que diz que **“O ÚLTIMO DIA DO ANO NÃO É O ÚLTIMO DIA DO TEMPO”** – e, por isso mesmo, é que devemos ver a aposentadoria não como um castigo, e sim como um prêmio. Primeiro, como um prêmio de **DEUS TODO PODEROSO**, que nos dá vida suficiente para chegarmos neste momento; depois, como um prêmio do homem, que criou esse instituto para amparar aqueles que dedicaram anos a fio ao trabalho e à contribuição previdenciária para fazer jus ao ***otium cum dignitate***.

É certo que precisa de correções. Eu pago previdência há mais de 50 anos, sendo 38 anos e meses como Magistrado, e sobre o total de meus vencimentos – e continuarei, após a aposentadoria, a ter descontado, de meus proventos, a previdência. Agora, talvez, para uma nova aposentadoria, em outro plano de vida. Isso precisa ser corrigido...

Mas não pretendo ficar na ociosidade, de sorte que esta cerimônia não é a **“CERIMÔNIA DO ADEUS”**, de Simone de Beauvoir, mas, sim, um “até breve” ou um “até logo” – embora passarei a me encontrar do outro lado da mesa, a continuar contribuindo, ainda que modestamente, na luta pela justiça.

Caríssimos colegas e amigos, penso ter cumprido o meu cargo com o máximo de zelo, com respeito ao jurisdicionado e ao povo – que, em última análise, é quem nos remunera –, buscando, sempre, procurar fazer justiça. Exercendo-o, contudo, com a altivez, bravura e dignidade do povo pernambucano – certo de que, como dizia Louis de Pasteur, **“não é a profissão que honra o homem: é o homem que honra a profissão”**. Procurei sempre dignificar o meu cargo e honrar a toga – um dos maiores símbolos da justiça.

Não sinto tristeza nesse momento, mas sei que sentirei saudades desses quase 40 anos de magistratura, dos julgamentos de dezenas de milhares de processos – monocrática e colegiadamente. Sentirei saudades, sim; afinal, no dizer de Antoine de Saint-Exupéry, **“aqueles que passam por nós, não vão sós, não nos deixam sós; deixam um pouco de si, levam um pouco de nós”**.

Levarei lembranças do convívio harmonioso e enriquecedor com os eminentes pares e colegas do primeiro grau, dos servidores – principalmente daqueles que estiveram mais perto de mim, colaborando por anos, lustros e mesmo por décadas –, dos incontáveis advogados – muitos de grande nível intelectual, desses que vivenciam o Direito e iniciam, com suas teses, as pirâmides das sínteses. Já fui advogado e tenho três filhos advogados – e muito respeito tenho pela classe. Levo saudades de todos, enfim, de ontem e de hoje, que atuam no Judiciário – e, por que não dizer, sinto saudade do cheiro e do sabor da Justiça.

De certa feita, a parte de um processo – um senhor de bastante idade –, quando proclamei o resultado unânime da decisão da 6ª Câmara Cível, do qual fui relator, tendo os eminentes desembargadores Fernando Martins e Patriota Malta como vogais, levantou-se de supetão, ergueu o braço e bradou aquela famosa frase do moleiro alemão: "**AINDA HÁ JUÍZES EM BERLIM!**" – desculpando-se, em seguida, pelo ímpeto (sendo aceitas as desculpas, evidentemente).

De outra sorte, mesma composição, relatoria do Des. Fernando Martins. Iniciado o julgamento, sem a presença do advogado do recorrente, após o relatório, a parte, um homem humilde, implorou para falar – o que não foi de início admitido. E, dado a insistência, permiti que ele dissesse o que tanto lhe afligia. E ele disse: “Excelência, a história do meu processo não é essa não!”. Perplexos, fomos examinar, e a petição do recurso havia sido trocada, possivelmente, pelo advogado. Julgamento suspenso, tudo refeito e, na sessão seguinte, sagrou-se vitorioso. Penso que é de César Asfor a expressão: “**EM CADA PROCESSO RESIDE UMA VIDA!**”. Se assim é – e penso que o é –, convivi com dezenas de milhares de vidas em minha carreira. Como não levar saudades?

Eminentes pares, senhoras e senhores:

O mundo – e, em especial, o nosso querido Brasil – atravessa uma quadra de grande sofrimento em face da pandemia, em razão do vírus que causa a COVID-19, doença de grande poder de contaminação – gerando, ainda, grande tumulto de ordem política, dificultando a circulação de pessoas, de aglomeração de um modo geral etc., obrigando as empresas e órgãos públicos, inclusive ao Poder Judiciário, imensa criatividade para se superar e não permitir a sua paralisação (o que tem sido feito com grande eficiência, inclusive mantendo, e até aumentando, produtividade – graças a gestões anteriores muito felizes e de visão futurista, que tornaram o Judiciário pernambucano totalmente informatizado, sequenciado em eficiência pela atual gestão, liderada pelo Presidente Fernando Cerqueira, de sorte a não sofrer grandes prejuízos de solução de continuidade).

Por falar em tecnologia, minha geração – que conviveu no seu início de carreira com a modernidade da máquina de escrever, prolatando, em alguns casos, despachos, decisões ou mesmo sentenças de próprio punho – participou de toda essa metamorfose até o infinito da informática. Da não menos fantástica evolução das comunicações – agora, já sendo realidade as chamadas “inteligências artificiais”, a transformarem todas essas inovações em grande esforço de adaptação (inclusive nas relações de trabalho, com perdas de diversos cargos, mas criação do trabalho em *home office*, o que viabilizou a continuidade da resposta aos reclamos dos jurisdicionados). Cito como exemplo a movimentação com juízo de admissibilidade e

decisões outras da Primeira Vice-Presidência, acrescidas de decisões em alguns processos da 6ª Câmara Cível, em mais de 7.000 atos – tudo graças a uma equipe unida, capitaneada pelo eminente Juiz João José da Rocha Targino, assessor da Vice-Presidência; da Secretaria-Geral daquele órgão, Dr. Napoleão Tavares Filho; assessores líderes de equipes – Edna, Eliane, Rafael e Ana Paula; do chefe de gabinete e secretário, Lucas Santillo e Lilliam Graziane, e todos os demais colaboradores que formam essa grande família – alguns com anos, outros com lustros e até décadas de atuação, que entenderam o momento, vestiram a camisa do Judiciário e mantiveram (e até aumentaram) a produtividade. A todos eles, a minha gratidão.

O momento é, de fato, de agradecimentos, e os externo, em primeiro lugar, ao **DEUS TODO PODEROSO**, por me permitir chegar à aposentadoria, por implemento de idade, com saúde física e mental. Agradecimento à minha família: minha querida esposa Lilian, com a qual sou casado há 45 anos (46 em maio próximo), pelo companheirismo, compreensão e incentivo; aos meus filhos amados, Maria Raquel, Eduardo Filho e Ana Paula – bem como minha nora Cecília, que tanto gosto e alegrias me dão; aos meus adorados netos, Bia, Maria Helena, Ricardinho, Maria Eduarda e João, o caçulinha, fontes de alegrias e de sonhos.

De agradecimento a todos os servidores que colaboraram e contribuíram comigo para exercer o meu mister, desde o início da carreira, em Parnamirim, até o presente momento – do mais humilde aos mais dotados intelectualmente (inclusive da equipe “nota dez” da Corregedoria premiada, que simbolizo nas pessoas das Juízas Maria Auri, Virgínia Gondim e Fernanda Chuahy – e na pessoa do Dr. Régis, também meu assessor, hoje Juiz de Direito no Rio Grande do Sul). Estendo, também, a minha gratidão ao Coronel Emerson, que muito me ajudou, tanto na Corregedoria quanto agora na Primeira Vice, proporcionando segurança e tranquilidade para o desempenho de todos – mormente dos Juízes Corregedores Auxiliares, em suas viagens por todas as regiões do Estado.

Agradeço, por fim, a todos e a cada um dos eminentes desembargadores e magistrados de primeiro grau, de ontem e de hoje – alguns de saudosa memória –, pelo convívio harmonioso e amigo, pelas lembranças de alegrias inesquecíveis, pelos ensinamentos aprendidos e bem guardados no íntimo de minhas melhores memórias – desejando-lhes muita saúde, alegrias, bênçãos de Deus e continuado sucesso no exercício de seus cargos e na vida.

Aos que estão por vir – e serão vários nos próximos anos –, especialmente àquele que preencherá a vaga que estou por deixar, os meus votos de grande sucesso e grande felicidade no exercício dos seus cargos.

Por fim, um agradecimento especial ao eminente Presidente, Desembargador Fernando Cerqueira, colega e amigo de quase 40 anos, pela realização desta Sessão Extraordinária de Despedida – para a qual insisti, ante a minha insegurança em razão da pandemia.

Senhor Presidente. Eminentíssimos Desembargadores. Caríssimos magistrados, servidores, advogados, membros do Ministério Público e amigos – aqui, presentes, e participando virtualmente. Senhoras e senhores. **“Nesta manhã de efeméride e de tamanhas ressonâncias acariciadoras; sob a proteção e bênçãos de Nossa Senhora do Carmo, Padroeira desta cidade, e de Nossa Senhora da Conceição, também do coração do povo; sob o azul do firmamento acima de nossas cabeças; sob a luz do sol a espargir-se sobre esta casa, ruas, avenidas, logradouros, pelas estradas, paisagens, edifícios imponentes e casebres, condomínios e favelas, morros, rios, pontes, praias, e os abençoados campos de lutas memoráveis e de vitoriosas batalhas, embebidos do sangue de nossos heróis; nós – eu e minha família –, mais uma vez agradecidos, podemos dizer a vós outros: "Fica sempre algum perfume na mão de quem oferece uma rosa”**”.

A todos, muito obrigado.

Desembargador **Eduardo** Augusto **Paurá** Peres